

Sumário

CAPÍTULO I ► INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	17
1. Conflito de interesses e lide	17
2. Funções do direito.....	18
2.1. Direção de condutas.....	18
2.2. Tratamento dos conflitos	19
3. Modos de tratamento dos conflitos.....	19
3.1. Autocomposição	20
3.1.1. Autotutela	20
3.1.2. Autocomposição (em sentido estrito). Conciliação	20
3.2. Heterocomposição	29
4. Direito material e direito processual. Instrumentalidade do processo.....	31
5. Constitucionalização do processo civil e neoprocessualismo.....	33
CAPÍTULO II ► NORMA PROCESSUAL. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	37
1. Norma processual: objeto e natureza	37
2. Fontes de norma processual.....	42
3. Lei processual no espaço.....	49
4. Lei processual no tempo. Sistema de isolamento dos atos processuais	51
CAPÍTULO III ► NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	65
1. Noções iniciais	65
2. Devido processo legal	66
3. Contraditório e ampla defesa	70
4. Boa-fé e cooperação	79
5. Inafastabilidade da jurisdição.....	83
6. Efetividade.....	85
7. Duração razoável do processo	86
8. Adequação	88
9. Eficiência	90
10. Igualdade	92
11. Publicidade	98
12. Juiz natural.....	101
13. Motivação das decisões	107
14. Primazia da decisão de mérito	109
15. Autorregramento da vontade no processo.....	109

CAPÍTULO IV ► JURISDIÇÃO	113
1. Conceito	113
2. Características	114
2.1. Imparcialidade e imparcialidade	114
2.2. Substitutividade	115
2.3. Imperatividade e inevitabilidade	116
2.4. Criatividade judicial	118
2.5. Inércia (dispositivo e inquisitivo)	119
2.6. Litigiosidade	122
2.7. Insusceptibilidade de controle externo.....	123
2.8. Definitividade	123
3. Escopos	124
3.1. Jurídico	124
3.2. Social	124
3.3. Político.....	125
4. Espécies	126
4.1. Estatal e arbitral	126
4.2. Comum e especial.....	132
4.3. Civil e penal	133
4.4. Contenciosa e voluntária	133
5. Jurisdição voluntária.....	134
CAPÍTULO V ► AÇÃO	139
1. Evolução do conceito de ação. Principais teorias	139
1.1. Teoria Imanentista (Civilista ou Clássica)	139
1.2. Teorias autonomistas	141
1.2.1. Teoria do direito concreto de agir.....	141
1.2.2. Teoria do direito abstrato de agir	143
1.3. Teoria Eclética	144
1.4. Teoria da asserção.....	149
1.5. Quadro sintético.....	152
2. Ação abstrata e concreta. Demanda	153
3. Elementos da demanda	154
3.1. Noções iniciais.....	154
3.2. Parte	156
3.3. Pedido	156
3.3.1. Pedido imediato e mediato. As modalidades de tutela jurisdic- cional	156
3.3.2. Importância.....	161
3.4. Causa de pedir.....	162
3.4.1. Conceito. Teoria adotada	162
3.4.2. Subdivisão. Causa de pedir próxima e remota	165
4. Condições da ação	169

4.1. Noções iniciais.....	169
4.2. Interesse de agir.....	172
4.3. Legitimidade <i>ad causam</i>	177
CAPÍTULO VI ► PROCESSO E PRESSUPOSTOS	185
1. Conceito de processo. Principais teorias.....	185
1.1. Processo como contrato ou quase-contrato	185
1.2. Teoria do processo como relação jurídica	186
1.3. Teoria do processo como situação jurídica.....	187
1.4. Teoria do processo como procedimento em contraditório.....	188
1.5. Teoria do processo como procedimento animado por relação jurídica.....	189
2. Generalidades.....	190
2.1. Conceito.....	190
2.2. Características gerais.....	190
2.3. Sistematização.....	191
3. Pressupostos de existência	192
3.1. Subjetivos	192
3.1.1. Capacidade de ser parte. Abrangência e controvérsias.....	192
3.1.2. Investidura.....	194
3.2. Objetivo. Provocação inicial, demanda ou pedido?.....	194
3.3. Citação do réu como pressuposto de existência.....	195
4. Pressupostos de validade	197
4.1. Subjetivos	198
4.1.1. Capacidade processual (ou de estar em juízo)	198
4.1.2. Capacidade postulatória	205
4.1.3. Competência	208
4.1.4. Imparcialidade.....	209
4.2. Objetivos.....	210
4.2.1. Intrínseco	210
4.2.2. Extrínseco (ou negativos).....	212
5. Leitura constitucional.....	217
6. Análise do seu preenchimento. Art. 485, <i>caput</i> , e § 3.º, art. 486, E art. 337, § 5.º, CPC.....	217
7. Superação da ausência do pressuposto processual para análise do mérito. Arts. 282, § 2º, e 488, CPC.....	219
CAPÍTULO VII ► ATOS E VÍCIOS PROCESSUAIS	221
1. Conceito de atos processuais	221
2. Características dos atos processuais.....	225
3. Classificação dos atos processuais	226
3.1. Atos das partes.....	226
3.2. Atos do juiz	229
3.2.1. Decisões e despachos.....	230

3.2.2. Decisões do juízo singular.....	230
3.2.3. Decisões do juízo colegiado.....	232
3.2.4. Importância da classificação.....	232
3.2.5. Quadro sinótico.....	233
3.2.6. Forma dos pronunciamentos judiciais. Art. 205, CPC.....	233
3.3. Atos dos auxiliares.....	234
4. Formas dos atos processuais.....	236
5. Prática eletrônica dos atos processuais.....	238
6. Lugar dos atos processuais.....	244
7. Tempo dos atos processuais.....	245
8. Vícios processuais.....	247
8.1. Generalidades.....	247
8.2. Classificação dos defeitos e nulidades. Regime jurídico.....	248
8.2.1. Galeno Lacerda.....	248
8.2.2. Classificação de Teresa Arruda Alvim Wambier.....	249
8.2.3. Classificação de Fredie Didier Jr.....	251
8.3. Princípios correlatos.....	252
8.3.1. Instrumentalidade das formas (ou transcendência). Arts. 277, 281, segunda parte, 282, § 1.º e 283, CPC.....	252
8.3.2. Aproveitamento dos atos processuais. Fungibilidade. Art. 277, CPC... ..	253
8.3.3. Sanabilidade.....	254
8.3.4. Lealdade ou proteção. Vedação ao <i>venire contra factum proprium</i> . Art. 276, CPC.....	255
CAPÍTULO VIII ► COMPETÊNCIA.....	259
1. Conceitos fundamentais.....	259
2. Determinação da competência. Disciplina legal.....	260
3. Competência absoluta e relativa.....	262
4. Competência internacional (dos limites da jurisdição nacional) e interna.....	267
4.1. Noções introdutórias.....	267
4.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa.....	271
4.2.1. Conceito.....	271
4.2.2. Sentença estrangeira e sua homologação.....	271
4.2.3. Hipóteses legais.....	275
4.2.4. Litispendência e conexão. Art. 24, CPC.....	277
4.3. Competência internacional exclusiva.....	278
4.4. Foro de eleição exclusivamente estrangeiro.....	281
4.5. Incompetência internacional.....	284
4.6. Competência interna. Critérios determinativos.....	285
4.6.1. Critérios objetivos.....	285
4.6.2. Critério subjetivo. Competência em razão da pessoa.....	288
4.6.3. Critério funcional.....	288
4.6.4. Critério territorial.....	290

5. Competência territorial	292
5.1. Foro das ações pessoais e reais mobiliárias (comum ou geral). Art. 46, CPC.....	292
5.2. Foro das ações reais imobiliárias. Art. 47, CPC	294
5.3. Outros foros	297
6. Perpetuação da competência. Art. 43, CPC	306
7. Modificação de competência	308
7.1. Noções gerais.....	308
7.2. Modificação voluntária tácita. Não arguição de incompetência. Art. 65, CPC...	310
7.3. Modificação voluntária expressa. Foro de eleição. Art. 63, CPC.....	310
7.4. Modificação legal. Conexão e continência. Arts. 54-59, CPC.....	314
8. Cooperação judiciária nacional e modificação de competência	321
9. Conflito de competência.....	326
9.1. Conceito e cabimento	326
9.2. Legitimidade	327
9.3. Competência	328
9.4. Procedimento	330
10. Competência da Justiça Federal	332
10.1. Competência dos juízes federais (1ª instância)	332
10.1.1. Em razão da pessoa.....	332
10.1.2. Em razão da função. Art. 109, X, segunda parte, CF.....	338
10.1.3. Em razão da matéria.....	338
10.2. Competência territorial da Justiça Federal. Art. 109, §§ 1º-3º, CF.....	342
10.3. Competência do Tribunal Regional Federal (2ª instância). Art. 108, CF.....	345
CAPÍTULO IX ► SUJEITOS PROCESSUAIS	349
1. Noções introdutórias	349
2. Partes.....	350
2.1. Generalidades	350
2.2. Sucessão processual	350
2.3. Alienação do direito ou coisa litigiosa	352
2.4. Deveres e responsabilidade das partes	355
3. Advogado	364
4. Advocacia Pública	368
5. Defensoria Pública	370
6. Ministério Público	374
6.1. Generalidades	374
6.2. O Ministério Público como órgão agente (parte).....	375
6.3. O Ministério Público como órgão interveniente (fiscal da ordem jurídica)...	377
6.4. Prazos processuais	380
7. Juiz	383
8. Auxiliares de justiça.....	388

8.1. Generalidades	388
8.2. Escrivão	390
8.3. Oficial de justiça	392
8.4. Depositário e administrador	394
8.5. Intérprete e tradutor	395
8.6. Mediador e conciliador.....	396
9. <i>Amicus Curiae</i>	400
CAPÍTULO X ► LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	407
1. Litisconsórcio	407
1.1. Considerações gerais.....	407
1.2. Classificação	408
1.3. Litisconsórcio necessário. Consequências para sua ausência.....	413
1.4. Cabimento do litisconsórcio. Litisconsórcio multitudinário	426
2. Intervenção de terceiros.....	432
2.1. Noções gerais.....	432
2.2. Assistência	434
2.3. Denúnciação da lide	446
2.4. Chamamento ao processo	456
2.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	463
2.6. Quadro Sinótico	472
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	477